



A nova presidência brasileira do Banco do BRICS e as perspectivas para o Brasil na organização

Ao final do último mês de maio, o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo, foi eleito o novo presidente do NDB (Novo Banco de Desenvolvimento), também conhecido como o Banco do BRICS. Para entender a relevância dessa indicação e posse, primeiramente, é necessário compreender a estrutura e história da organização a qual o Banco se remete.

A coordenação entre Brasil, Rússia, Índia e China, iniciada informalmente em 2006, aos poucos foi se tornando um mecanismo de cooperação, contando com diversas áreas de atuação e uma agenda vasta perante a comunidade internacional. Alguns anos depois, em 2011, a África do Sul também passou a fazer parte do agrupamento, acrescentando o “S” à sigla “BRICS”; desde então, são realizadas reuniões anuais que contam com a participação dos líderes dos países-membros. No ano passado, em 2019, o Brasil sediou a XI Cúpula do BRICS em Brasília, cujo tema foi “BRICS: crescimento econômico para um futuro inovador”.

Ao contrário da União Europeia, por exemplo, o grupo não se trata de um bloco econômico, de maneira a ser considerado como um tipo de aliança entre países de mercados emergentes, visando ao crescimento de seu poder e influência econômicos. Com o passar dos anos desde sua criação, foi possível verificar o ritmo acelerado de atuação da organização no mercado internacional, contando com um percentual de 18% de participação no PIB mundial em 2010, de acordo com estatísticas divulgadas pelo governo da África do Sul.

Pouco a pouco, os BRICS passaram a ganhar mais visibilidade por sua participação no âmbito financeiro, bem como pelo contato próximo com o G20, o FMI e o Banco Mundial, “com propostas concretas de reforma das estruturas de governança financeira global, em linha com o aumento do peso relativo dos países emergentes na economia mundial”, conforme site do *Itamaraty*. Na linha de trás de atuação da organização, são vistos tópicos como ciência e tecnologia, promoção comercial, energia, saúde, educação, inovação e combate a crimes transacionais, gerando grandes benefícios para as populações dos países participantes.

Na cúpula sediada no Brasil, em 2014, foram criadas instituições de promoção financeira de grande importância para os envolvidos, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). O primeiro, foco principal desta publicação, já foi responsável pela aprovação de



mais de 8 bilhões de dólares em projetos de financiamento de infraestrutura e de energia renovável nos países do BRICS, conforme dados do site oficial do BRICS no Brasil. O Banco, sediado em Xangai, na China, aprovou trinta projetos entre 2016 e 2018, se tornando um dos principais agentes de apoio aos empreendimentos dos membros da organização e de outras economias emergentes e países em desenvolvimento.

O (NDB) foi o primeiro banco multilateral de desenvolvimento global e possui como mandato a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável, seja iniciativa da pública ou privada, para os países que compõe os BRICS, bem como para outras economias emergentes e países em desenvolvimento.

O Banco conta com capital inicial de US\$ 50 bilhões, havendo autorização para chegar a US\$ 100 bilhões. Sua política de admissão estabelece diretrizes gerais para que qualquer país membro das Nações Unidas possa se tornar membro do Banco. Especialmente para o Brasil, os ganhos da participação no Banco estão intrinsecamente vinculados ao financiamento de obras de infraestrutura, mas para além, também se verifica a participação de empresas brasileiras em processos de licitação de obras nos países membros financiados com recursos do Banco.

Em reunião do Conselho de Governadores do Banco, no dia 27 de maio deste ano, o atual Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais da pasta do Ministério da Economia, Marcos Troyjo, foi eleito por unanimidade para presidente do NDB. Enquanto Secretário Especial, Troyjo representava o Brasil em organizações econômicas multilaterais, tal como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial.

A eleição de um brasileiro para a presidência de um banco dessa relevância acarreta diversos benefícios para o país. O primeiro deles é o fortalecimento de um protagonismo maior do Brasil no âmbito do fórum dos BRICS, uma vez que o Brasil vinha apresentando uma certa “sangria” em termos de influência internacional junto a estes países nos últimos anos. Os principais motivos são os grandes escândalos de corrupção nas mais altas esferas do governo brasileiro, prejudicando sua imagem no exterior, além dos recentes movimentos da política externa brasileira, que enfraqueceu o diálogo com países emergentes e em desenvolvimento para priorizar uma linha de maior proximidade com



países de primeira ordem mundial, como os EUA. Também, uma mudança de postura muito drástica do Brasil em organizações e agendas multilaterais e claro um acirramento de tensões entre o país e outro fundamental membro do grupo, a China.

Também é uma vantagem para o Brasil, em termos econômicos, ter em um banco de financiamento um nacional que conhece a fundo aspectos e fragilidades da economia brasileira, especialmente em um momento em que os financiamentos terão um papel fundamental na retomada econômica do país.

Bibliografia:

REUTERS. Marcos Troyjo é eleito presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, o banco do Brics. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/idBRKBN2331XD-OB RTP>

O novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/118-ndb>

Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Disponível em: https://www.abdib.org.br/wp-content/uploads/2019/08/marcos-thadeu_NDB.pdf

MRE. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>

**O estudo foi desenvolvido pela Diretoria de Promoção de Exportações (Dipex) e Assessoria de Cooperação Nacional e Internacional (ACI).*